

Filipa Lowndes Vicente, **Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX**, Algés, Gótica, 2003, 363 páginas.

Têm escassa tradição em Portugal os «estudos de cultura», ou *cultural studies*. Num campo científico ainda bastante espartilhado por divisões disciplinares não é comum encontrar obras que se situem na confluência de vários saberes científicos, como o presente caso. *Viagens e Exposições* recorre aos contributos da história, da história da arte, da antropologia, da sociologia, da museologia, para analisar um episódio particular do Portugal oitocentista — as viagens à Europa efectuadas pelo futuro rei D. Pedro V —, integrando-o no panorama cultural da época.

Este livro tem por base a tese de doutoramento da autora, desenvolvida no Departamento de Estudos Históricos e Culturais do Goldsmith College da Universidade de Londres, e em Dezembro de 2004 foi distinguido com o prémio «História Contemporânea» para Jovens Investigadores, atribuído pela Universidade do Minho. Como a própria autora afirma, o que se pretendia ser apenas um capítulo de uma vasta investigação sobre as relações culturais entre Portugal e o Reino Unido no século XIX evoluiu para um estudo aprofundado de um caso ilustrativo das múltiplas tendências de mudança na sociedade e na cultura oitocentista.

Socorrendo-se de uma diversidade de fontes escritas (os diários de

viagem do rei, a sua correspondência com outros monarcas e cientistas da época, relatórios, relatos de outros viajantes, catálogos de museus e exposições, artigos de imprensa da época, etc.), mas também iconográficas (fotografias, bilhetes postais, litografias, gravuras, pinturas), e de uma sólida bibliografia multidisciplinar, a autora reconstitui e interpreta as viagens de D. Pedro, a um tempo típicas, porque comuns às elites ilustradas da época (e crescentemente aos estratos burgueses), e únicas, por se tratar do futuro soberano de um país que ocupava (e ocupa) uma posição peculiar no sistema europeu.

A obra encontra-se dividida em três secções: viajar, representar e classificar. Estes temas permitem olhar para as viagens do monarca sob vários prismas de análise, distintos mas relacionados entre si: o acto físico da viagem (os meios de transporte, os objectivos, os itinerários, os viajantes, os anfitriões), a representação da viagem através da escrita e da imagem, a classificação dos objectos e das informações recolhidas na viagem através de sistemas taxonómicos rigorosos e sistemáticos (de acordo com uma mentalidade científica em vias de se tornar hegemónica na época).

As viagens de D. Pedro tinham uma dimensão política, patente nos contactos estabelecidos com as autoridades dos países visitados, mas era primordial a intenção educativa: visitar fábricas, estabelecimentos militares, museus e instituições científicas, «de forma a aprender aquilo que

pudesse ser útil a Portugal» (p. 42). Situam-se na charneira entre a tradição do *grand tour* aristocrático do século anterior e o turismo de massas que despontava nessa altura (primeiras viagens em grupo organizadas por Thomas Cook). Segundo a autora, tinham igualmente um duplo carácter, público e privado: D. Pedro era recebido com honras de Estado e cerimónias oficiais, mas escolhia parte do seu programa, os lugares a visitar, as compras a fazer. Tal como a qualquer outro turista, eram-lhe franqueadas as portas de estabelecimentos abertos ao público em geral (instituições da esfera pública burguesa — museus, jardins zoológicos e botânicos, exposições universais), mas com a diferença de lhe ser proporcionado geralmente um guia especializado (directores de museus, cientistas, comandantes militares), assim como acesso a instituições de ingresso restrito (fábricas, quartéis, institutos de investigação).

O uso dos caminhos de ferro como meio de transporte privilegiado nas deslocações do monarca suscita à autora várias reflexões. Por um lado, terá sido inspirador da implantação da rede ferroviária em Portugal (inauguração da primeira linha em 1856). Por outro lado, «a completa alteração no processo de movimento transformou de forma dramática os ritmos de viagem e a percepção de um mundo que nunca tinha sido visto a essa velocidade» (p. 67). A percepção visual da paisagem através da janela de um comboio em movimento é muito diferente da proporcionada

por qualquer outro meio de transporte (encontrando paralelismos na nova técnica de representação visual, o panorama), assim como o leque de actividades possíveis de realizar durante a viagem (os comboios terão, inclusivamente, originado alterações no mercado editorial, com o surgimento dos «livros de bolso»). É ainda indicador da primazia atribuída pelo monarca viajante à observação da intervenção humana na natureza e do desenvolvimento tecnológico (os campos agrícolas, as fábricas, as urbanizações, os edifícios das estações), por oposição ao turista comum, mais interessado no espectáculo da natureza ou nos monumentos históricos.

A viagem tem ainda relações estreitas com a leitura: «viajar significava verificar o mundo e, mais do que uma fase sequencial na formação do príncipe, as incursões no estrangeiro constituíam o diálogo necessário com os conhecimentos já adquiridos em Portugal. Em meados do século XIX, a hierarquia dos sentidos ainda exigia que a leitura precedesse a visão» (p. 93). O viajante real compara a visão das coisas com o conhecimento prévio que delas tinha, mas acumula também material de leitura adicional: catálogos, regulamentos, livros. Aos guias e catálogos de museus é conferida uma importância particular: «intermediário fundamental entre o observador e os objectos expostos» (p. 157), tem grandes potencialidades como «instrumento de instrução popular» (p. 156).

Os diários de viagem são igualmente considerados exemplares da

dualidade público/privado. Seguem uma «moda» da época (a escrita de relatos de viagem, por anónimos viajantes ou literatos consagrados), mas têm igualmente uma finalidade prática e política: são um registo da aprendizagem do príncipe (demonstração da utilidade da viagem) e um auxiliar de memória que lhe deveria ser útil quando assumisse a governação do reino (compêndio de informação sobre os países e as instituições visitados).

A viagem do rei também se materializa nos objectos coleccionados. Mais uma vez, como outros turistas, D. Pedro adquire recordações de viagem, mas estas são de um tipo particular: na sua maioria espécimes de história natural (mas também objectos de produção industrial), mais especificamente exemplares ornitológicos taxidermizados. Esta prática colecionista insere-se tanto na biografia individual do príncipe (que tinha o seu próprio museu de história natural, que ele considerava mais completo e bem organizado do que os da Universidade de Coimbra e da Academia das Ciências — p. 180) como numa tradição mais lata da formação de colecções para educação da família real (origem do Museu e Jardim Botânico da Ajuda) e entretenimento da aristocracia¹. Em Portugal, D. Pedro não só efectuou recolhas de espécies de pássaros nacionais (dada a «importância das

colecções como forma de identificar a nação» — p. 180), como recebeu exemplares brasileiros através dos contactos familiares com o imperador do Brasil, como ainda apoiou as viagens de naturalistas do seu tempo. As viagens pela Europa proporcionaram-lhe não só a oportunidade de adquirir novos exemplares, mas também de estabelecer correspondência com naturalistas de prestígio e tomar contacto com as formas de exposição em voga nos grandes museus europeus. D. Pedro obteve ainda alguma compensação pelo saque efectuado por Geoffroy de St. Hilaire às colecções de história natural portuguesas durante as Guerras Peninsulares, sob a forma de exemplares ornitológicos oferecidos pelo Museu de História Natural de Paris. No entanto, o príncipe revela uma dedicação à ciência que se sobrepõe ao orgulho nacionalista: «Verdade é que os tesouros da natureza melhor estão onde se lhes dá apreço e se estudam do que onde se deixam apodrecer prosaicamente colocados na fileira de uma natureza que foi viva. E efectivamente despojar da vida a natureza para reunir estes despojos nas catacumbas dos museus e não os estudar é um pecado. Por consequência perdoo a muito bom grado a Geoffroy St. Hilaire [...] Neste ponto julgo que o amor-próprio nacional pode ceder diante do interesse das ciências» (diário de D. Pedro, cit. in p. 185). Com a morte de D. Pedro, em 1861, as suas colecções de história natural foram remetidas ao Museu de História Natural de Lisboa,

¹ V. João Brigola, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 2003.

dirigido na altura por José Vicente Barbosa du Bocage, e alguns exemplares seguiram para Coimbra. Apenas estes últimos persistem, visto que as colecções zoológicas do Museu de Lisboa foram completamente destruídas pelo incêndio de 1978².

Outros dos vestígios materiais das viagens de D. Pedro são as pinturas e desenhos feitos pelo rei ou tendo o monarca como motivo. No entanto, esta forma de representação visual estava a ser rapidamente substituída pela nova arte e técnica da fotografia, «com o impacto incomparável de ser um meio acessível a um número muito maior de indivíduos» (p. 193). A fotografia serve como prova de viagem e como recordação, prolonga a experiência da visita e passa a integrar a correspondência do monarca com a família real britânica. Para finalizar esta secção, a autora dedica ainda algumas páginas à análise das inscrições que marcam a passagem do rei português, não os entalhes toscos que os turistas deixam nos monumentos visitados, mas sim placas comemorativas redigidas por outrem.

As viagens de D. Pedro suscitam ainda considerações sobre as relações entre Portugal e os restantes países da Europa: «Na hierarquia entre os diversos países, Portugal ocupava uma posição algures a meio da escala. Incapaz de competir com os países mais desenvolvidos da

Europa, Portugal também não se encontrava lado a lado com os países ditos primitivos que ocupavam grande parte do mapa do mundo» (pp. 212-213). Esta posição, designada como semiperiférica por alguns investigadores³, relativamente às esferas abordadas nesta obra consubstancia-se na escassez de visitantes estrangeiros a Portugal (em oposição ao incentivo dado aos viajantes portugueses para que aprendessem as virtudes da «civilização» nos países europeus), nas comparações traçadas por D. Pedro entre as instituições estrangeiras e nacionais (nem sempre desfavoráveis a estas últimas), mas sobretudo na representação portuguesa nas exposições universais. Enquanto os países do centro mostram o moderno (avanços tecnológicos, produtos da indústria) ou o exótico (os artefactos e, mais tarde, mesmo exemplares humanos dos povos coloniais), Portugal distingue-se apenas pelos produtos agrícolas e matérias-primas (p. 263). As exposições universais constituem um simulacro de uma viagem à volta do mundo e são tomadas pela autora como «um exemplo da forma como conceitos de passado e de futuro, das identidades de Portugal e da Europa, podem ser tornados visíveis; por outro lado, demonstram como é

² V. Carlos Almaça, *Museu Bocage: Ensino e Exibição*, Lisboa, Museu Nacional de História Natural, 2000.

³ Não mencionados pela autora (v., por exemplo, Boaventura Sousa Santos, *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, 1993, ou João Arriscado Nunes e Maria Eduarda Gonçalves, *Enteados de Galileu, a Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*, Porto, Afrontamento, 2001).

que as representações visuais e a classificação de objectos são determinantes no posicionamento de um país nas hierarquias da civilização» (p. 247). Por outro lado, são uma das poucas marcas visíveis dos impactos que as viagens de D. Pedro tiveram no contexto nacional: terão impulsionado a realização da Exposição Industrial Portuense (1861) e da Exposição Internacional do Porto (1865).

Por fim, são examinados os estabelecimentos visitados pelo príncipe com o objectivo de «reconstituir os valores ideológicos que tais instituições têm em comum, aquilo que partilham em termos de instrumentos de classificação e exibição e em termos das experiências que oferecem aos visitantes» (p. 281). São discutidos binómios como o da autenticidade/representação, original/cópia, normal/patológico, vivo/morto, e temas como as redes taxonómicas, a reconstituição da história e as narrativas de progresso, a representação da cidade.

No seu conjunto, pode questionar-se a opção feita por isolar um episódio tão idiossincrático da história portuguesa — as viagens de um rei com um reinado breve e já muito remetido a um papel quase decorativo, outorgado pelo regime de monarquia constitucional. As consequências deste acontecimento sobre o país, mais especificamente sobre a cultura e o desenvolvimento científico oitocentista, serão quase certamente diminutas, e estes são domínios em que está quase tudo por estudar, pois, se o século XIX portu-

guês tem recebido bastante atenção por parte dos historiadores, estes têm centrado os seus trabalhos sobre aspectos políticos, económicos e demográficos.

Porém, esta obra tem os indubitáveis méritos de cruzar uma pluralidade de vertentes de análise e de contributos teóricos de diferentes disciplinas, de identificar as transversalidades e redes complexas de relações que partem de um facto histórico, de dar igual relevância testemunhal à palavra escrita e à representação visual, para além de proporcionar uma leitura muito agradável.

ANA DELICADO

François Laplantine e Alexis Nouss, Métissages de Arcimboldo à Zombi, Paris, Pauvert, 2001, 644 páginas (com ilustrações).

Da mestiçagem e do hibridismo — uma categorização crítica.

Mestiçagem e hibridismo têm sido expressões recorrentes no dicionário contemporâneo das ciências sociais. A sua equivalência e/ou diferenciação, assim como a supremacia epistemológica possível de uma sobre a outra, têm originado várias controvérsias ao longo dos tempos que, tendo por exemplo o dicionário *Métissages de Arcimboldo à Zombi*,